

**Wilson Vilalba Xavier**

Advogado. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera - UNIDERP. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM.

Membro da Comissão de Defesa e Assistência das Prerrogativas dos Advogados da OAB/MS. É autor do Livro Código Penal Comentado e suas Interpretações pelos Tribunais (2014).



# RESPONSABILIDADE E ABUSO DOS BANCOS

2ª Edição

*Contemplar*

ISBN: 978-85-63540-70-6

Autor  
Wilson Vilalba Xavier

Colaboradores  
Eduardo Barbosa de Araújo  
Marcos Roberto Bussab  
Jocelia Marcimiano da Silva  
João Roberto de Toledo  
Rafael Nogueira de Lucena

Capa e Diagramação  
Aline Vieira Pipino

Revisão Geral  
Bruno Lago Pipino  
Mario do Carmo Ricalde

Xavier, Wilson Vilalba.

Responsabilidade e Abuso dos Bancos / Wilson Vilalba Xavier. 2ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2015.

1. Direito. 2. Civil.  
I. Título.

CDD: 340  
CDU: 342.15

Todo o conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do autor.

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio: eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem a devida autorização do Editor (Lei nº 9.610/98). Todos os direitos desta Publicação reservados à

  
EDITORA  
*Contemplar*

Avenida Ana Rosa Castilho Ocampos, 756 - Jardim Montevideú.

Campo Grande, MS

Telefax: (67) 3029-2315

E-mail: contato@editoracontemplar.com.br

site: www.editoracontemplar.com.br

# Sumário

## CAPÍTULO 1. RESPONSABILIDADE CIVIL

1. A Responsabilidade Civil das Instituições Financeiras .....	17
1.1. Introdução .....	17
1.2. Conceito de Instituição Financeira .....	18
1.3. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor .....	19
1.4. Da Responsabilidade da Instituição Financeira .....	27
1.5. Competência Judicial e Administrativa .....	27
1.6. Da Responsabilidade dos Administradores da Instituição Financeira.....	32
2. A Responsabilidade civil das instituições financeiras no relacionamento com seus clientes .....	37
2.1. Introdução .....	37
2.2. Responsabilidade civil do banco pelo assalto cometido no caixa eletrônico .....	38
2.3. Responsabilidade civil do banco pelo não pagamento do convênio médico .....	41
2.4. Possibilidade de retirada da responsabilidade civil do banco caso o assalto ao motoqueiro seja considerado fato de terceiro .....	42
2.5. Consequências caso fosse constatada a falta de fundos anterior ao assalto em sua conta .....	45
2.6. Responsável pela baixa no banco de dados e no cartório de protesto .....	46
2.7. Disponibilização de cadastro e informações bancárias sem autorização de seu titular .....	47
2.8. Possibilidade de o banco enviar informações para as empresas de proteção ao crédito .....	49
2.9. Conclusão .....	51
3. O Código Civil em Vigor e o Dano Moral .....	52

## CAPÍTULO 2. DOS JUROS

1. Juros no Direito Brasileiro .....	57
1.1. Breve Histórico .....	57
2. Conceito .....	60
3. Classificação .....	62
4. Juros Remuneratórios .....	67
5. Julgamento das Questões Idênticas que Caracterizam a Multiplicidade - Art. 543, § 7º do CPC .....	81
6. Juros de Mora .....	124
7. Juros Legais .....	126
8. A Capitalização dos Juros .....	127

## CAPÍTULO 3. CRÉDITO RURAL

1. Objetivos .....	133
2. Atividades que Podem ser Financiadas pelo Crédito Rural .....	136
3. Das pessoas que podem usufruir do Crédito Rural .....	137
4. A contratação de assistência técnica .....	138
5. Exigências essenciais para concessão de crédito rural .....	138
6. Garantias necessárias para obtenção de financiamento rural .....	139
6.1. Do Penhor .....	139
6.2. Alienação fiduciária .....	140
6.3. Da Hipoteca .....	141
6.4. Fiança .....	141
6.5. Aval .....	144
6.6. Seguro rural .....	148
6.7. Proteção de preço futuro da <i>commodity</i> agropecuária .....	149
7. Despesas sujeitas ao crédito rural .....	150

8. Classificação dos recursos do crédito rural .....	153
9. Limites de financiamento .....	154
10. Taxas efetivas de juros segundo a origem dos recursos aplicados ...	155
11. Financiamentos ao amparo dos Programas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) .....	155
12. Liberação do Crédito Rural .....	156
13. O Pagamento do Crédito Rural .....	156
14. Instrumentos Utilizados para a Formalização do Crédito Rural .....	158
15. Nota Promissória Rural .....	161
16. Duplicata Rural .....	165
17. Utilização dos Títulos de Crédito Rural .....	167
18. A eficácia do crédito rural contra terceiros .....	167
19. Juros remuneratórios .....	168
20. Sistema nacional de crédito rural (SNCR) .....	170
21. Jurisprudências Relacionadas .....	172
22. Do Crédito de Custeio .....	176
23. Do Crédito de investimento .....	180
23.1. Linhas gerais de Crédito .....	183
23.1.1. Com recursos da parcela obrigatória dos depósitos à vista.....	183
23.1.2. BNDES/FINAME Agrícola .....	184
23.1.3. BNDES PSI - Bens de Capital .....	185
23.1.4. BNDES Automático .....	192
24. "Famílias de programas" BNDES .....	199
24.1. Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro) .....	199
24.2. Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra)...	203
24.3. Programa de Modernização da Agricultura e Conservação dos Recursos Naturais (Moderagro) .....	205

24.4. Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) .....	207
24.5. Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (Prodecoop) .....	208
24.6. Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) .....	211
24.7. Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) .....	215
24.8. Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) ...	217
24.9. Programa de Apoio à Renovação e Implantação de Novos Canaviais (BNDES Prorenova) .....	218
25. Do Crédito de Comercialização .....	219
25.1. Pré-comercialização .....	220
25.2. Desconto de Duplicata Rural (DR) e de Nota Promissória Rural (NPR) .....	221
25.3. Financiamento para estocagem de produtos agropecuários .....	222
25.4. Financiamento de proteção de preços e/ou prêmios de risco de equalização de preços sobre contratos de opção de compra e venda como instrumento de política agrícola .....	224
25.4.1. Contratos de Opção de Compra .....	224
25.4.2. Contratos de Opção de Venda .....	225
25.5. Financiamento para garantia de preços ao produtor (FGPP) .....	227
26. Do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp.....	230

## **CAPÍTULO 4. DO CHEQUE**

1. Definição .....	235
2. Requisitos Essenciais.....	237
3. Aceite .....	238
4. Devolução de cheque.....	240
5. Furto ou Roubo de Cheques .....	247

6. As Novas Regras Trazidas pela Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 (BACEN) .....	248
7. Consequências para o Correntista que Emitir Cheque sem Fundos ou Sustar Indevidamente o seu Pagamento .....	250
8. Procedimento do Banco Quando o Cheque Apresentar Valor Numérico Diferente do Valor por Extenso .....	252
9. Prazos para pagamento de cheques .....	253
10. Cheque Cruzado .....	253
11. Obrigação do Fornecimento de Talões de Cheques .....	253
12. Jurisprudências Relacionadas .....	254
12.1. Equívoco na compensação de cheque .....	254
12.2. Cheque Furtado .....	255
12.3. Inscrição Indevida do CPF como Emitente de Cheques sem Provisão de Fundos .....	258
12.4. Cheque Devolvido sem Motivo .....	261
12.5. Subtração de Talonários de Cheques que se Encontram Sobre a Guarda da Instituição Financeira .....	263
12.6. Contrato de Abertura de Crédito Rotativo (Cheque especial) .....	263
12.7. Compensação de Cheque Nominal sem Endosso .....	264
12.8. Cheque - Juros Moratórios e Remuneratórios - Limitação Legal .....	265
12.9. Compensação de Cheque Prescrito .....	267
12.10. Cheque Clonado .....	268
12.11. Cheque Fraudado .....	268

## **CAPÍTULO 5. DA PENHORA ON-LINE**

1. Conceito .....	271
2. Origem .....	273
2.1. Da Nomenclatura: Penhora <i>on-line</i> .....	275
2.2. Da Natureza Jurídica .....	276
2.3. Características .....	277

2.3.1. Da celeridade .....	278
2.3.2. Da credibilidade .....	280
2.3.3. Diminuição do valor das custas processuais .....	281
3. Do procedimento processual. Conclusão. ....	282

## **CAPÍTULO 6. CARTÃO DE CRÉDITO**

1. Considerações Iniciais .....	285
2. Conceito .....	286
3. Tipos de Cartão .....	287
3.1. Cartão de Débito .....	288
3.2. Cartão Múltiplo .....	289
3.3. Cartão Pré-Pago .....	289
3.4. Cartão de Loja .....	289
3.5. Cartão Internacional .....	289
4. Comprovante de Pagamento .....	290
5. Validade do Cartão .....	291
6. Contrato de Adesão .....	291
7. Cláusulas Abusivas .....	292
8. Jurisprudências Relacionadas .....	295

## **CAPÍTULO 7. PENHOR, HIPOTECA E ANTICRESE**

1. Linhas gerais do instituto .....	299
2. Jurisprudências Relacionadas .....	308



## **CAPÍTULO 8. LEASING**

1. Conceito .....	313
2. Quitação do <i>Leasing</i> Antes do Término do Contrato .....	320
3. Jurisprudências Relacionadas .....	321

## **CAPÍTULO 9. REVISÃO DOS CONTRATOS BANCÁRIOS**

1. Introdução .....	325
2. Análise crítica à luz da jurisprudência do STJ .....	326
3. Juros remuneratórios .....	328
3.1. Conceito .....	328
3.2. Contextualização evolutiva da limitação da taxa de juros remuneratórios a 1% ao mês e inconstitucionalidade da súmula 596 do STF .....	328
3.3. Limitação dos juros remuneratórios no Código Civil de 2002 .....	331
4. Configuração da mora .....	332
5. Juros moratórios e a inscrição e manutenção em cadastro de inadimplentes do devedor .....	333
6. Revisão contratual "ex officio" .....	334
7. Jurisprudências Relacionadas .....	336

## **CAPÍTULO 10. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**

1. Inovações Processuais .....	341
2. Alienação Fiduciária de Bem Imóvel .....	349
3. Depositário Infiel .....	354
4. Da ação de busca e apreensão .....	356
5. Da conversão da ação de busca e apreensão em depósito .....	359

6. Da execução .....	360
7. Jurisprudências Relacionadas .....	361

## **CAPÍTULO 11. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO**

1. Introdução .....	373
2. Os contratos do SFH anteriores ao CDC sem cobertura pelo FCVS - saldo residual (Lei nº 11.922/09) .....	375
2.1. A posição do STJ no sentido da aplicabilidade do CDC aos contratos firmados antes da entrada em vigor daquela norma legal .....	375
2.2. A eficácia mínima de que se devem revestir as normas consti- tucionais em geral .....	376
2.3. O FCVS e a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor aos contratos habitacionais que contêm previsão de cobertura por este fundo .....	378
2.4. A Lei nº 11.922/09 e a possibilidade de refinanciamento dos saldos devedores .....	379
2.5. Trata-se de novação <i>Ope Legis</i> das dívidas oriundas de contratos anteriores a 05/09/2001? .....	381
2.6. O art. 5º, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 11.922/09 e a possibilidade de aplicação das normas constantes do CDC aos contratos renegociados .....	382
2.7. Os princípios da boa-fé objetiva e da função social dos contratos.....	384
2.8. Art. 5º da LINDB e o direito social de moradia .....	388
3. Observações inerentes ao Sistema Financeiro de Habitação .....	389
4. A vontade do legislador na defesa do princípio da irretroatividade das Leis .....	391
4.1. Introdução .....	391
4.2. Consideração de ordem histórica .....	391
4.3. Análise da votação da MP 513/11 no senado .....	394
4.4. Da absorção do FESA pelo FCVS .....	398
4.5. Conclusão .....	400

## **CAPÍTULO 12. COBRANÇA INDEVIDA**

1. Cobranças de Taxas Indevidas .....	401
2. Conta salário e a cobrança indevida de tarifas bancárias com posterior anotação no SPC/SERASA .....	420

## **CAPÍTULO 13. MODELOS DE AÇÕES**

1. Ação de Dano Moral Bancário .....	429
2. Dano Moral - Inclusão Indevida no (SERASA) .....	443
3. Dano Moral - Indenização e Obrigação de Fazer por Lançamentos Indevidos em Conta Corrente .....	451
4. Dano Moral - Indenização por Cheque Devolvido Indevidamente .....	458
5. Dano Moral - Indenização por Restrição ao Crédito .....	462
6. Dano Moral - Obrigação de Fazer Cumulada com Ação de Obrigação de Não Fazer, Ação de Danos Morais e Ação de Danos Patrimoniais Contra Administradora de Cartão de Crédito .....	467
7. Dano Moral - Saques Indevidos - Ação de Indenização por Dano Material c/ Dano Moral .....	478
8. Ação de Indenização por dano moral (documentos utilizados por estelionatários para abrir conta corrente) .....	484
9. Ação de danos morais e danos materiais por desconto de cheque fraudado .....	497
10. Ação de danos morais e danos materiais contra instituição bancária por indevida entrega de talão de cheques para terceiros .....	507
11. Ação de danos morais, em virtude a constrangimento causado por porta giratória .....	514
12. Cheque Prescrito - Ação Monitória .....	521
13. Agiotagem - Contestação - Ação de Cobrança .....	524
14. Embargos de Terceiro - Ação de Execução Contra Devedores Solventes .....	530

15. Pedido de Parcelamento de Execução .....	537
16. Ação Revisional de Encargos Financeiros cumulada com Repetição de Indébito contra Administradora de Cartão de Crédito .....	538
17. Ação Declaratória de Revisão de Cláusulas Contratuais com Pedido de Restituição de valores e Repetição de Indébito .....	544
18. Ação de Prestação de Contas Contra Instituição Financeira .....	558
19. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual c/c Exibição de Contrato com Pedido Liminar de Tutela Antecipatória .....	566
20. Ação de Consignação em Pagamento - (SFH) .....	589
21. Ação Revisional de Financiamento de Veículo .....	595
22. Ação Revisional CDC c/c Consignação em Pagamento - Financiamento de Veículo .....	600
23. Ação de Consignação em Pagamento c/c Revisão Contratual - Financiamento de Veículo .....	622
24. Ação Declaratória de Quitação de Débito .....	646
25. Pedido de Suspensão de Busca e Apreensão .....	652
26. Pedido de Levantamento de Saldo Remanescente de Financiamento .....	654
27. Contestação à Ação de Busca e Apreensão .....	655
28. Ação Revisional de Cheque Especial .....	672
29. Ação Revisional - Contestação - Conta Corrente - Abertura de Crédito .....	684
30. <i>Leasing</i> - Ação Revisional de Contrato c/c Consignação Incidental com Pedido de Tutela Antecipada .....	691
31. Ação Revisional Arrendamento Mercantil ( <i>Leasing</i> ) .....	722
32. Ação Revisional de Contrato de Financiamento c/c Pedido de Liminar e Consignação em Pagamento .....	727
33. Saque Indevido - Ação de Restituição .....	744
34. Embargos à Execução .....	746

35. Embargos Declaratórios (1ª Instância) Constitutiva Negativa de Nulidade de Cédulas de Crédito Rural .....	793
36. Embargos Declaratório (2ª Instância) .....	795
37. Impugnação à Contestação de Ação Revisional .....	800
38. Agravo ao STJ Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário .....	815
39. Agravo ao STF Contra Decisão que Negou Recurso Especial e Extraordinário .....	850

#### **CAPÍTULO 14. LEGISLAÇÃO BANCÁRIA**

1. Decreto-Lei nº 167 de 14/02/1967 .....	863
2. Decreto-Lei nº 413 de 9 de Janeiro de 1969 .....	885
3. Lei nº 492, de 30 de Setembro de 1937 .....	902
4. Lei nº 8.929, de 22 de Agosto de 1994 .....	914
5. Lei nº 4595 de 31 de Dezembro de 1964 (Sistema Financeiro Nacional) .....	919
6. Lei nº 7.357 de 2 de Setembro de 1985 .....	942
7. Lei nº 9.514 de 20 de Novembro de 1997 (Lei de Alienação Fiduciária) .....	958
8. Resolução nº 3.694, de 26 de Março de 2009 (Resoluções do BACEN) .....	975
9. Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 .....	978
10. Regulamento Anexo I à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 ..	981
11. Regulamento Anexo II à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 ..	982
12. Regulamento Anexo III à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 .....	987
13. Regulamento Anexo IV à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 .....	989
14. Regulamento Anexo V à Resolução nº 3.844, de 23 de Março de 2010 .....	990

15. Resolução nº 3.854, de 27 de Maio de 2010 .....	991
16. Resolução nº 3.846 de 25 de Março de 2010 .....	995
17. Resolução nº 3.864, de 7 de Junho de 2010 .....	996
18. Resolução nº 3.972 de 28 de Abril de 2011 .....	997
19. Resolução nº 3.973 de 26 de Maio de 2011 .....	1003
20. Resolução nº 3.974 de 27 de Maio de 2011 .....	1004
21. Resolução nº 3.976 de 27 de Maio de 2011 .....	1005
22. Resolução nº 3.977 de 31 de Maio de 2011 .....	1006
23. Resolução nº 3.978 de 31 de Maio de 2011 .....	1011
24. Resolução nº 3.979 de 31 de maio de 2011 .....	1014
25. Resolução nº 3.980 de 31 de maio de 2011 .....	1033
26. Resolução nº 3.981 de 1º de junho de 2011 .....	1034
27. Resolução nº 3.995, de 28 de julho de 2011 .....	1035
28. Resolução nº 4.143, de 27 de Setembro de 2012 .....	1036
29. Resolução nº 4.198, de 15 de Março de 2013 .....	1037
30. Resolução nº 4.197, de 15 de Março de 2013 .....	1038
31. Resolução nº 4.196, de 15 de Março de 2013 .....	1039
32. Resolução nº 4.240, de 28 de Junho de 2013 .....	1042
33. Resolução nº 4.271, de 30 de Setembro de 2013 .....	1043
34. Resolução nº 4.292, de 20 de Dezembro de 2013 .....	1045
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>1051</b>